

República da Guiné Bissau

Ministério da Economia e Finanças

Direção Geral dos Concursos Público

DGCP

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

DE

CONTRATAÇÃO PÚBLICA -2021

Bissau, Março de 2021

Índice

1. CONTEXTO 3
2. INTRODUÇÃO 4
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 4
4. CONCURSOS REALIZADOS POR MINISTÉRIOS 5
5. CONCURSOS REALIZADOS POR PROJETOS 6
6. APRESENTAÇÃO DE ACORDO COM A NATUREZA 7
6.1 APRESENTAÇÃO DE ACORDO COM O MODO DE ADJUDICAÇÃO 8
7. QUADRO COMPARATIVO DOS CONCUIRSOS LANÇADOS DURANTE O TRIÉNIO 2019 A 2021 10
8. Assistência Técnica 11
8.1 Assistência técnica da DGCP a outras instituições públicas 11
8. 2 Coloboração instituicional 11
9. CONCLUSÃO 13
RECOMENDAÇÕES GERAIS 14

1. CONTEXTO

A Guiné-Bissau tem enfrentado situações adversas que comprometem o desempenho eficaz das instituições públicas, caso concreto da Direção Geral dos Concursos Público, que a cada ano imprime algumas ações em diferentes domínios, sobretudo na capacitação dos seus técnicos em matérias específicas a contratação pública para melhor dar respostas aos desafios. Tendo em conta a sua dependência do Ministério tutela, a execução dos seus planos de trabalho são adstritos em parte a disponibilidade da tutela, pois, não está dotada de autonomia financeira e patrimonial tal como se observa noutras instituições congéneres da comunidade de UEMOA.

Apesar do seu papel determinante no combate a corrupção, continua desprovida de meios para afirmação da sua competência reservado no Código dos Contratos Público. A falta de viaturas para os trabalhos de seguimento na execução dos contratos, a insuficiência dos materiais de escritório em condições apropriadas, sendo que, no universo de 46 funcionarios, 17,39% são efectivos com vinculo, 10,87% sao reformados e 71,74 % dos funcionarios tecnicos, com mais de 5 anos de serviços estão em situação irregular, ainda sem horizonte claro para a sua solução regularizada. Todos estes fatos interferem no desempenho coletivo que reclama qualquer instituição.

A 10 de Novembro de 2021, o Governo da Guiné-Bissau, através do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, promoveu um Atelier de Validação da Estratégia Nacional de Combate a Corrupção, com participação de diferentes entidades públicas e privadas. A Direção Geral dos Concursos Público esteve representada por dois técnicos. Com adoção deste instrumento, os mecanismos de combate a corrupção serão mais robustas, pois além de manifesta ambição de criar mais sinergias com equipas multidisciplinares, prevê a aprovação do novo Código dos Contratos Público, com perspectiva de dar autonomia as entidades públicas cujo o seu papel é imprescindível no combate a corrupção e branqueamento de capital. Nesta ordem, destaca-se o Tribunal de Contas, a Direção Geral dos Concursos Público, o Ministério Público, a Assembleia Nacional Popular e outras entidades que atuam em matéria de promoção da transparência na gestão da coisa pública.

2. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa informar e situar as entidades públicas e privadas sobre as atividades desenvolvidas por esta Direção Geral e da situação das operações de contratação pública durante o ano 2021. Elas resumem-se em torno de três componentes essenciais, nomeadamente: gestão das operações de contratação pública, prazos de contratação pública, medidas tomadas para melhoria da eficiência e de eficácia do processo dos contratos públicos.

No que diz respeito a gestão das operações de contratação pública, o valor monetário dos contratos aprovados até 20 de Dezembro de 2021, está na ordem de **53.718.525.542 XOF** (cinquenta três bilhões setecentos dezoito milhões, quinhentos vinte cinco mil, quinhentos quarenta e dois FCFA) contra **27.569.735.412 xof** (vinte sete bilhões quinhentos sessenta nove milhões, setecentos trinta cinco mil, quatrocentos e doze FCFA) em 2020, um acréscimo de **48,67 %.** No entanto, em termos de quantidade dos concursos lançados e registados pelo Serviço de Estatística, é de 98 aprovados contra 76 do ano 2020, tendo uma diferença de 22 Concursos, em termo percentual em 22 %. .

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No quadro do cumprimento das competências da DGCP, foram exercidas as seguintes atribuições:

1- Registo de Planos Anuais de Aquisição de diferentes entidades públicas, embora foram solicitadas todos os ministérios a entrega deste instrumento a DGCP, apenas o Ministério do Ambiente e de Biodiversidade e Ministério de Solidariedade Social entregaram os seus planos, os restos são dos projetos que recebem os fundos do FINEX (Financiamento externo). Este é para se cumprir com os dispostos no artigo 31 do Código dos Contratos Públicos;
2- De Janeiro a Dezembro de 2021, foram emitidos 79 Pareceres técnicos as solicitações das Autoridades Contratantes sobre os recursos aos modos de adjudicação, Cadernos de Encargos, TdRs, Relatórios de Abertura e de Avalição das Propostas.
3- Participação dos técnicos da DGCP em diferentes missões técnicas e atilier;

4- Comissão Técnica para Revisão do Código dos Contratos Publico, tendo em conta a recolha e publicação das informações sobre o beneficiário efetivo dos contratos públicos na Guiné-Bissau, sob exigência do FMI;
5- Comissão Técnica de Preparação de Caderno de Encargos para instalação de um tanque flutuante para abastecimento de navios de pesca industrial;
6- Participação no atilier de Validação da Estratégia Nacional de Combate a Corrupção;
7- Participação na Reunião Anual dos países da UEMOA sobre contratação pública que teve lugar em Uagadougou.

4. CONCURSOS REALIZADOS POR MINISTÉRIOS

Tabela - 1

N°	Ministérios	Qt	%	Montante (XOF)	%
01	Ministério das Obras Publica	11	27,5	35.846.300.902	69,1
02	Agência Nacional de Aquisições Públicas	04	10	179.018.620	0,3
03	Ministério dos Recursos Naturais e Energia	01	2,5	673.620.000	1,3
04	Presidência da República da Guiné-Bissau	01	2,5	0	00
05	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	03	7,5	323.633.000	0,6
06	Ministério da Defesa Nacional	02	5	12.955.706.000	25,0
07	Direção Geral de Contribuições e Impostos	01	2,5	82.500.000	0,2
08	Ministério da Saúde Pública	05	12,5	493.387.725	1,0
09	Ministério do Ambiente e Biodiversidade	03	7,5	61.290.000	0,1
10	Ministério das Pescas	02	5	119.885.000	0,2
11	Ministério da Educação Nacional	01	2,5	0	00
12	Ministério das Finanças	02	5	888.500.000	1,7
13	Tribunal de Contas	01	2,5	50.997.479	0,1
14	Ministério da Justiça	01	2,5	90.000.000	0,2
15	Agência da Aviação Civil da Guiné Bissau	02	5	118.100.000	0,2
	Total geral	**40**	100	**51.882.938.726**	100

5. CONCURSOS REALIZADOS POR PROJETOS

Tabela -2

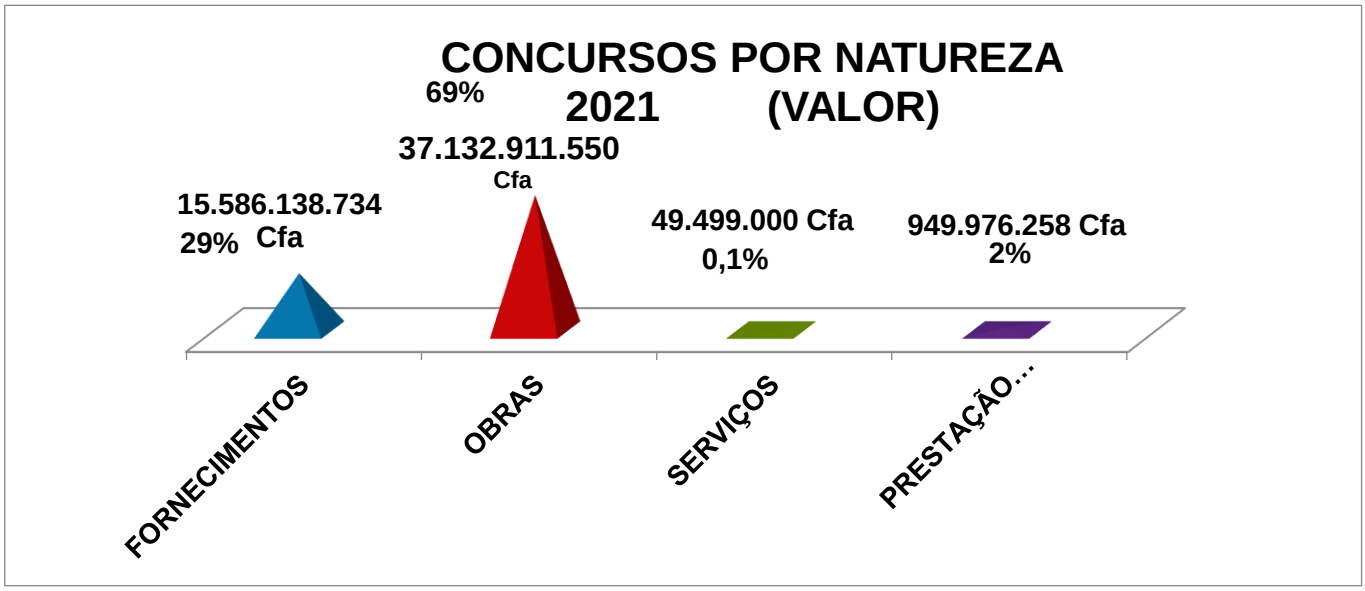
N°	Projetos	Qt	%	Montante (XOF)	%
01	Projeto de Urgência para a Melhoria dos Serviços de Eletricidade	07	12	122.110.562	6,7
02	Projeto Educação de Qualidade para Todos	02	3	198.953.200	10,8
03	Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Económico das Regiões Sul	09	16	317.238.650	17,3
04	Federação de Futebol da Guiné-Bissau	02	3	232.900.000	12,7
05	Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Valor de Arroz	01	2	148.260.000	8,1
06	Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas	07	12	268.382.081	14,6
07	Projeto REDISSE II	04	7	0	
08	Autoridade de Regulação Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação	03	5	199.413.566	10,9
09	Projeto de Apoio a Reforço de Governança Económica e Financeira	02	3	0	0
10	Projeto de Apoio à Segurança Alimentar	03	5	0	0
11	Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário	02	3	0	0
12	Unidade de Gestão do Projeto de Transporte Rural	01	2	138.225.227	7,5
13	Fundo de Conservação Rodoviária	01	2	85.500.000	4,7
14	Programa Regional Oeste Africano de Infraestrutura de Comunicação	01	2	0	0
15	Associação de Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo	01	2	25.931.530	1,4
16	Projeto de Apoio à Autorização e Inclusão Financeira das Mulheres nas Fileiras Caju	01	2	0	0
17	Projeto de Apoio às Cadeias de Valores Empreendedorismo Agrícola Rural	04	7	0	0
18	Projeto de Desenvolvimento de Sistema de Distribuição de Eletricidade na Cidade de Bissau	03	5	0	0
19	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente	01	2	72.822.000	4,0
20	Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Valor Arroz	01	2	25.850.000	1,4
21	Alto Comissariado para a COVID-19	01	2	0	0
22	Projeto de Programação da Rizicultura a favor de Jovens	01	2	0	0
	Total geral	**58**	**100**	**1.835.586.816**	**100**

6. APRESENTAÇÃO DE ACORDO COM A NATUREZA

A distribuição da amostra processada de acordo com a natureza (em quantidade e valores monetário) é apresentado da seguinte forma:

Tabela 2: Desagregação das adjudicações de acordo com a natureza e o valor monetário aplicado

	QUANTIDADE	%	VALOR	%
Fornecimento	30	30,61	15.586.138.734	29
Serviços	07	7,14	49.499.000	0,092
Prestação intelectual	37	37,76	949.976.258	2
Obras	24	24,49	37.132.911.550	69
Total-geral	98	100	**53.718.525.542**	100



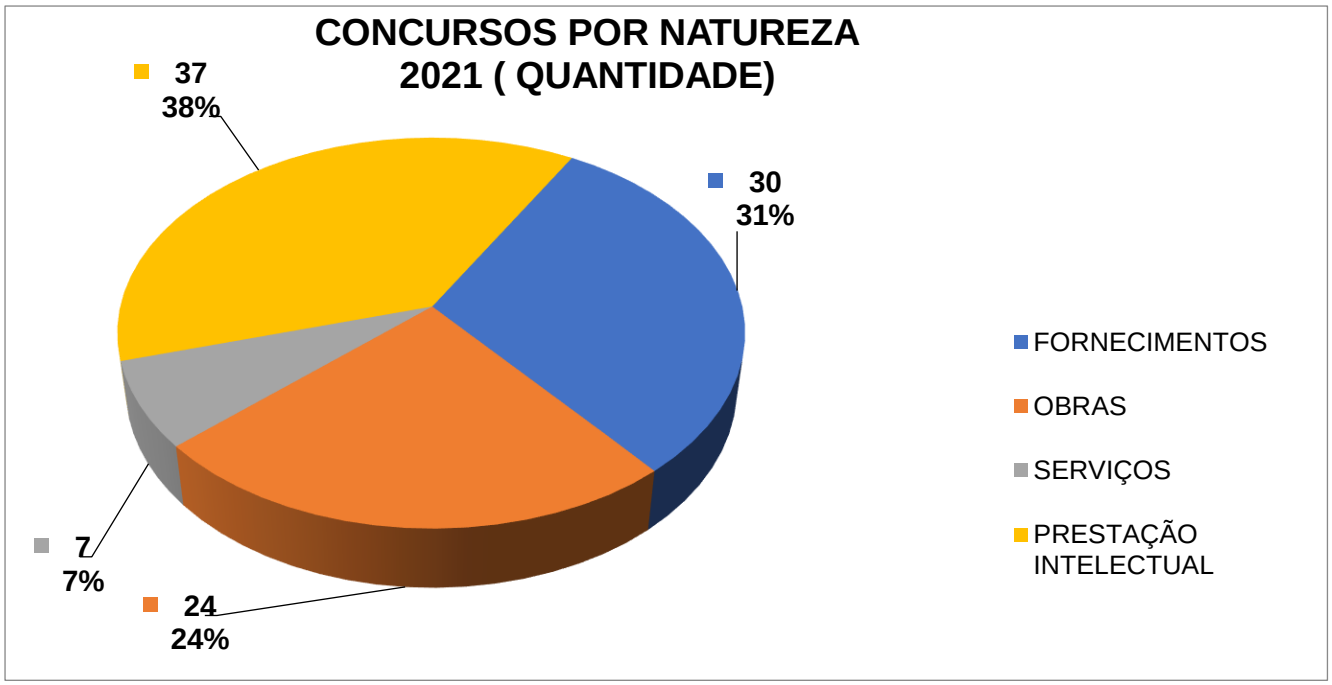


Gráfico 1 e 2 : Concursos por natureza, expresso em valor monetário e percentagem

Analisando o gráfico, fazendo paralelismo a tabela do valor monetário aplicado em concursos por natureza, vê-se que em termo quantitativo, a prestação intelectual revela maior participação, não obstante, o valor monetário aplicado para esta natureza concursal é tão desproporcional com o valor percentual. Em quantidade representa 38%, mas em termo monetário, o valor total envolvido em 37 concursos, apenas representa 2%. A razão deve-se a certa situação em que não é divulgado o valor financeiro a envolver num determinado concurso de natureza intelectual por não haver um orçamento indicativo prévio para o efeito.

6.1 APRESENTAÇÃO DE ACORDO COM O MODO DE ADJUDICAÇÃO

Tabela 3 : Repartição da amostra por modo de aquisição

Modo de Adjudicação	Amostra			
	Quantidade	%	Valor	%
Concurso Aberto (CA)	43	44	35.982.556.774	67
Concurso Restrito (CR)	43	44	4.415.377.268	8
Adjudicação Direta (AD)	12	12	13.230.592.000	25
Duas etapas	00	00	00	00
Total geral	98	100	**53.718.525.542**	100

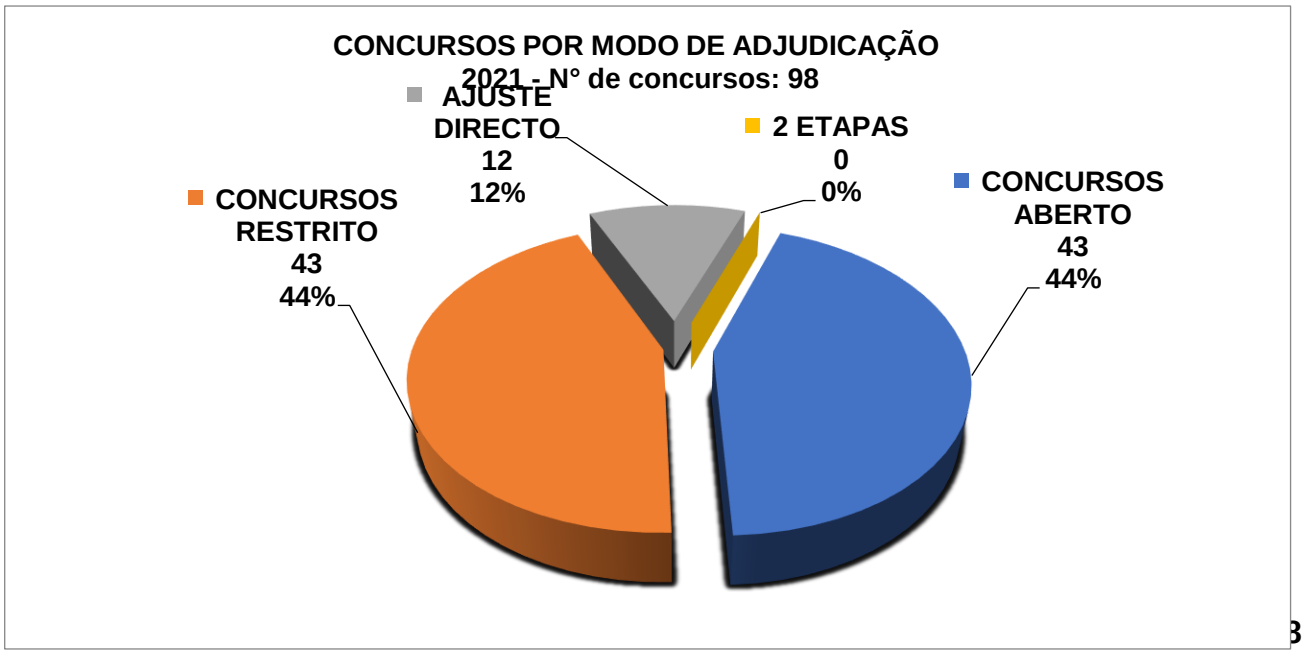


Gráfico 3: Representação os concursos por modo de adjudicação em quantidade e percentagem

Tabela4: concursos por modo de financiamento

Modo de Financiamento	Amostra			
	Quantidade	%	Valor	%
OGE	36	36,73	51 669 664 292	96
FINEX	62	63,27	2,048,861,250	4
CONJUNTO	00	000	00	00
Total geral	**98**	**100**	**53.718.525.542**	**100**

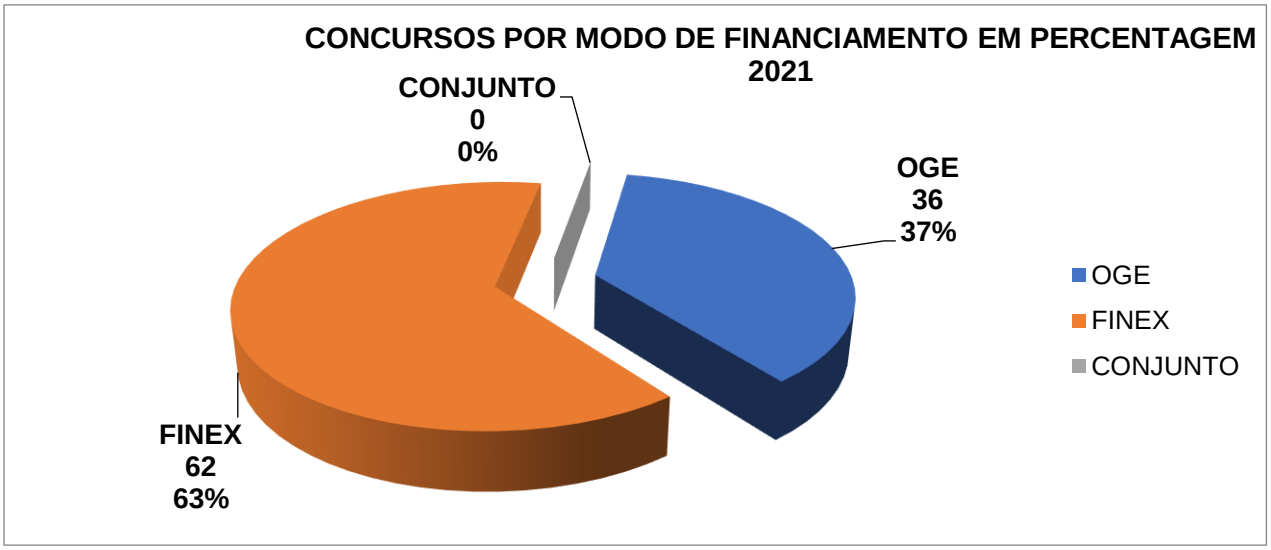
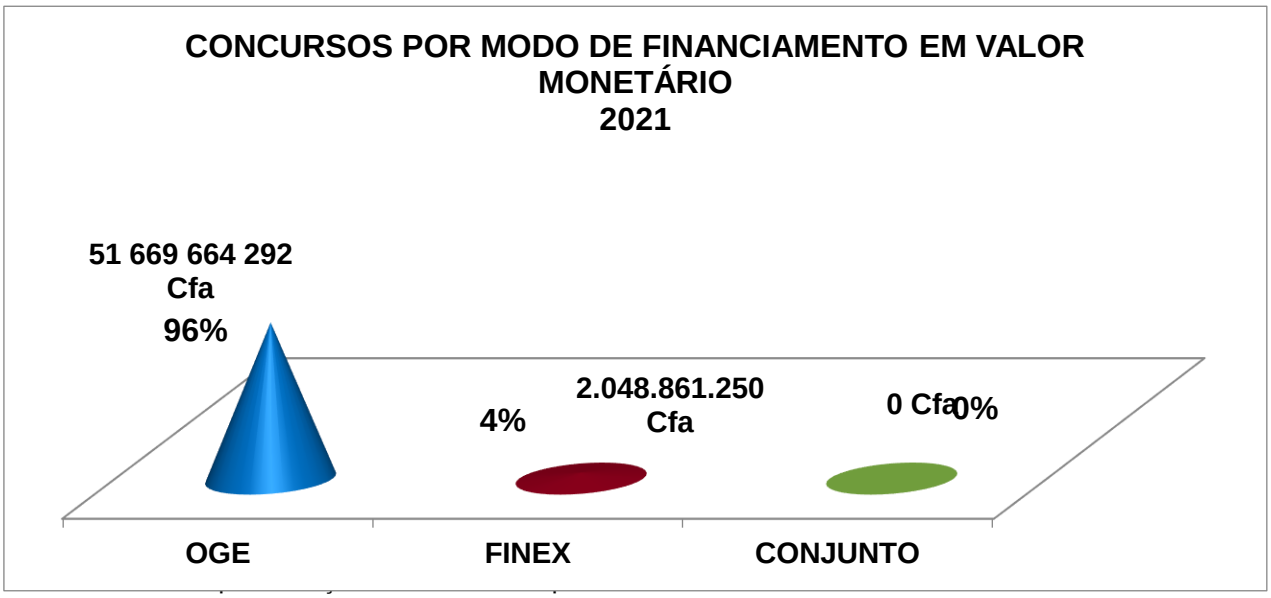


Gráfico 4



Observando os dois gráficos relativamente aos modos de financiamento, isto é, a proveniência dos fundos aplicados na execução dos contratos, durante o ano 2021, os

concursos suportados pelas entidades financiadoras internacionais (BM,BAD,BOAD,FIDA..) estão na ordem de 62, representando 63% dos 98 total registados pelo Serviço de Estatística. Apesar de expressar uma quantidade signigficativa em volume, mas em termo monetário, não vai além dos 4%, isto é, o Orçamento Geral de Estado que apenas suportou 32 concursos que se traduzem em 37%. Há uma enorme disproporção entre a quantidade dos concursos suportados por diferentes entidades, por exemplo, os cuncursos suportados pelo OGE são inferiores em relação aos suportados pelos FINEXs, mas equacionando-os a parte financeira, os suportados pelo OGE representam 96%. Esta disproporção deve-se a natureza de cada concurso e a sua magnitude.

7. QUADRO COMPARATIVO DOS CONCUIRSOS LANÇADOS DURANTE O TRIÉNIO 2019 A 2021

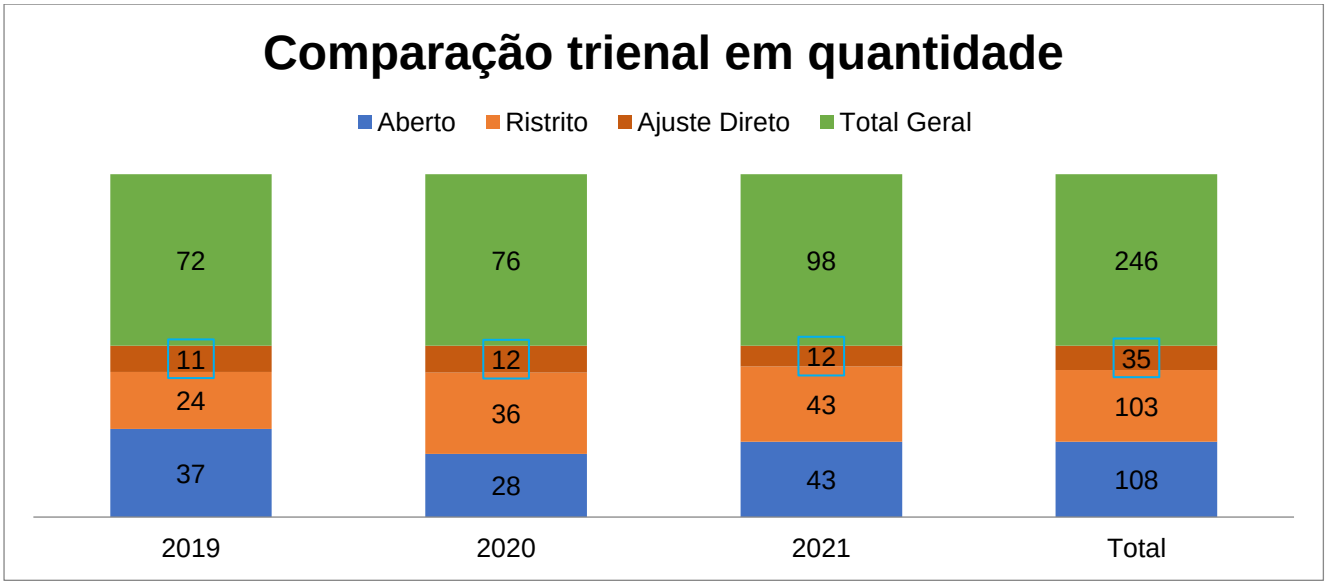


Gráfico 7 : Comparação trienal dos concursos adjudicados por quantidade

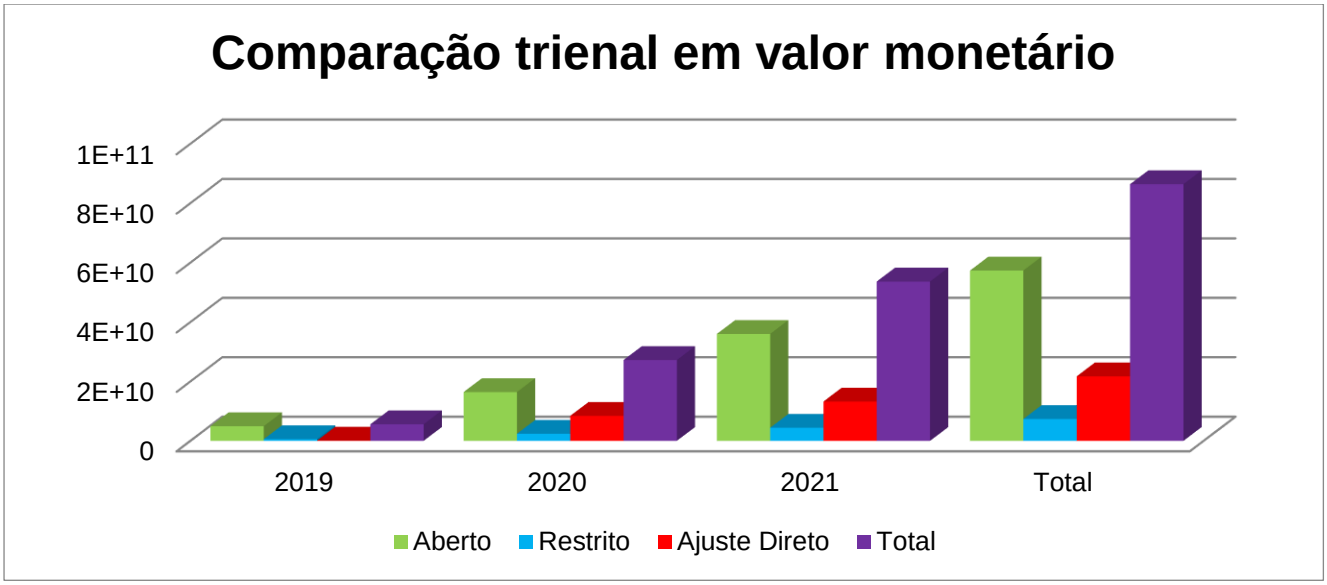


Gráfico 8: Comparação trienal dos concursos por modos de adjudicação e valor monetário aplicado

O quadro comparativo trienal dos concursos em cifras, durante o triénio 2019 a 2021, o modo aberto revela uma média de 36 concursos por ano, representando 43,9 % do total dos concursos lançados. Quanto ao modo restrito, a média anual é de 34,3, o que corresponde a 41,8 %. O ajuste direto com a média de 11,6 por ano, em termo do valor monetário teve uma envolvência aceitável em 2019, mas dada a situação atípica que o país vive por causa do Covid-19, houve um aumento desproporcional, pois neste ano representava 1,3 % do valor global envolvido, mas deste intervalo para ano 2021subiu para 30,9 % e 24,6%(2020 e 2021) respectivamente.

8. Assistência Técnica

8.1 Assistência técnica da DGCP a outras instituições públicas

1- Apoio técnico na elaboração de caderno de encargos do cuncurso público para os diferentes ministérios e institutos públicos;

2- Indigitação dos técnicos da DGCP a diferentes ministérios e institutos públicos para prestação dos apoios na elaboração do Plano Anual de Aquisição;

8. 2 Coloboração instituicional

Com o propósito de criar maior sinergias e proporcionar uma atmosfera interinstituicional propícia com outras instituições públicas e financeiras vocacionadas no controlo da gestão transparente da coisa pública, foram promovidos diferentes encontros colobrativos e de capacitação aos técnicos, nomeadamente:

1- Encontro de trabalho com Tribunal de Contas sobre a implementação do Regime Jurídico do Fundo de Seguimento de Execução dos Contratos Públicos;

2- Encontro com missão de BOAD na Guiné-Bissau;

3- Participação no atilier sobre Inspeção Técnica Anual-Edição 2021 sobre as reformas políticas, programas e projetos comunitários;

4- Apoio financeiro para compra de equipamentos de escritório e informáticos a DGCP;

5- Participação dos técnicos da DGCP na formação em matéria de auditoria dos concursos públicos promovido pela ARCP;

6- Remessa de 38 contratos ao Tribunal de Contas e Direção Geral das Contribuições e Impostas para efeito de selagem;

7- Seminário de capacitação dos técnicos sobre os procedimentos adjudicatários da BOAD;

8- Participação da Guiné-Bissau na 24ª Edição da reunião de Observatório Regional dos Mercados Públicos (Concursos Públicos) , através da DGCP e de ARCP realizado entre 6 a 12 de Dezembro de 2021, em Uagadougou;

9- Participação na Comissão Restrita sobre Governança do Sector de Transporte na Guiné-Bissau;

10- Participação nos trabalhos da Equipa dos Consultores no âmbito da Consultoria Nacional para Elaboração de Estratégia Nacional de Combate à Corrupção;

11- Assistència técnica a Direção Geral dos Transportes no quadro do Projeto de Assistência Técnica financiado pela União Europeia.

9. CONCLUSÃO

A DGCP enquanto entidade pública com competência legal de controlar os procedimentos adjudicatários, em comparação aos anos anteriores, o ano 2021 teve melhoria nos aspetos de colaboração entre a DGCP com as entidades que intervem na gestão do fundo público, embora não atinge ainda o nível desejável, mas a quantidade dos concursos lançados e registados nesta direção geral superaram o ano 2020 em 22 concursos. Estes relevelam ter havido uma subida de 22% em comparação ao ano transacto. Contudo o ambiente sócio-sanitário continua a não facilitar uma projeção do sistema dos concursos público ao nível almejado, a opção por ajustes diretos por maioria das autoridades contratantes continua a ser maior luta desta instituição, pois, demonstra uma enorme persistência em continuar a desviar dos princípios basilares da contratação pública.

Fazendo análise do quadro contratual , nos últimos três anos, constata-se que o ano 2019 comportava 1,3% dos Ajustes Diretos em valor monitário dessagregado dos valores aplicados nas outras duas modalidades (Aberto e Restrito), combinado com 11 concursos nesta modalidade, nos dois anos subsequente houve oscilação ífima em cifras, isto é,de 11 para 12, uma progressão de 8,33%. Esta diferença numérica não conserva uma densidade proporcional quando se equaciona com os respetivos recursos financeiros aplicados. Por exemplo, na parte financeira, houve um aumento de 30,9% em 2020 e 24,6 % em 2021.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Considerando algumas situações que ainda persistem e que constituem algumas barreiras para prossecução dos fins para que foi instituida a Direção Geral dos Concursos Público, particulamente no que tange com o fornecimento das informações reais e do cumprimento com o Código dos Contratos Público nacional. Por esta razão e para que haja melhoria do ambiente neste sentido, recomenda-se o seguinte:

1- Promover espaço de concertação interinstituicional/multidisciplinar para efeito de desseminação das informações em matéria que dizem respeito a contratação pública;
2- Continuar com a dinâmica de solicitação a todas as instituições públicas dos Planos de Aquisições Anuais, como condição indispensável para homologação de lançamento de qualquer concurso;
3- Reforçar o rigor na análise dos dossies para licitação (DAO/ Caderno de Encargos ou TdR), quanto a sua conformidade com o modelo standard;
4- Entre o Tribunal de Contas, Direção Geral das Contribuições e Impostos e a DGCP, que haja uma convergência no que diz respeito as informações dos registos e selagens dos contratos públicos celebrados;
5- À Direção Geral dos Concursos Público, que Continue com entabulação dos contactos com os parceiros sobre as necessidades de apoio a formação superior ou especialização dos técnicos em matéria de contratação pública.

O Diretor Geral,

Dr. Mamadjam Djaló